

Benveniste, um lingüista que interessa à clínica de linguagem

Luiza Milano Surreaux*



Resumo – O presente artigo apresenta minhas reflexões acerca da obra benvenistiana priorizando questões que ajudem a iluminar a especificidade da clínica de linguagem. De acordo com Benveniste, não se pode apreender na língua um objeto simples, suscetível de uma compreensão total. É particularmente por esse viés que pretendo bordejar uma concepção de linguagem que seja alicerce na clínica de linguagem, ou seja, parto do princípio da impossibilidade de uma apreensão total da língua. Desde essa concepção de um não-saber total sobre a língua, discutimos a relação do homem com a linguagem. Segundo Benveniste, não se concebe o homem separado da linguagem, ela é constitutiva da sua natureza. Portanto *ser humano significa ser na linguagem*. Essa definição marca uma decisão teórica que não é sem efeitos para a clínica de linguagem. Essa perspectiva teórico-clínica terá conseqüências ao analisarmos o modo ímpar com que cada sujeito apropria-se da língua. E isso implica necessariamente descartarmos uma pré-concepção da forma com que cada sujeito toma lugar na rede enunciativa.

Este escrito está inserido num contexto de reflexão que permeia minha trajetória na clínica de linguagem. Mais especificamente, ele compõe a base teórica das indagações do percurso de meu doutoramento. Por esse motivo, aponto resumidamente a inscrição de meu trabalho. Para falar de clínica de linguagem, acredito ser fundamental que se enuncie desde que concepção de linguagem essa leitura será feita. Minha tese se apresenta baseada nos princípios teóricos de três grandes lingüistas, a saber, Saussure, Benveniste e Jakobson. O presente artigo traz minhas reflexões acerca da obra benvenistiana (portanto, apenas uma parte de uma concepção

* Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS.
e-mail: surreaux@pro.via-rs.com.br

mais ampla sobre linguagem), pretendendo focalizar questões que ajudem a iluminar a especificidade da clínica de linguagem.

Parto do princípio de que Benveniste é um legítimo herdeiro de Saussure. Seu clássico texto intitulado "Saussure após meio século", de 1963, é um reconhecimento dessa filiação, pois como ele enuncia e denuncia, "não há um só lingüista hoje que não lhe deva algo". Diz Benveniste sobre o mestre genebrino: "além da sua vida terrena, suas idéias brilham mais longe do que ele teria podido imaginar, e esse destino póstumo se tornou como uma segunda vida, que se confunde para sempre com a nossa" (1963/1991, p. 49). Nesse gesto de reconhecimento Benveniste aponta Saussure em primeiro lugar e sempre como o homem dos fundamentos. Benveniste destaca ainda que aprendeu com Saussure que estudar uma língua leva inevitavelmente a estudar a linguagem. No entanto, o discípulo de Saussure nos adverte que não se apreende na língua um objeto simples, que é suscetível de uma compreensão total. É particularmente por esse viés que pretendo bordejar uma concepção de linguagem que seja alicerce na clínica de linguagem, ou seja, parto do princípio da impossibilidade de uma apreensão total da língua.

Nesse sentido, alio-me a Benveniste e pergunto onde está o próprio da língua. Ele diz: "Tanto para o sentimento ingênuo do falante como para o lingüista, a linguagem tem como função "dizer alguma coisa". O que é exatamente essa "coisa" em vista da qual se articula a língua, e como é possível delimitá-la em relação à própria linguagem? Está proposto o problema da significação" (1954/1991, p. 8). Sigo minha reflexão tendo em mente o problema da significação entre os sujeitos.

No texto "Da subjetividade na linguagem" (1958/1991), Benveniste irá destacar o lugar da linguagem na existência humana. O autor aponta que não se concebe o homem separado da linguagem, ela é constitutiva da sua natureza. Portanto *ser humano* significa *ser na linguagem*. Marca-se assim um afastamento radical da dicotomia cartesiana entre corpo e linguagem, e como aponta Benveniste (1963/1991, p. 48), o homem não nasce dentro da natureza, mas dentro da cultura. Concordo com suas colocações sobre a não-coincidência entre o que é da ordem da natureza e o que é da ordem da linguagem, pois não há relação natural, imediata e direta entre o homem e o mundo, nem entre o homem e o homem. Segundo o autor (1963/1991, p. 31), é preciso haver um intermediário, um aparato simbólico. E, acrescento, é esse intermediário que funciona como "um algo a mais", inapreensível, que, ao mesmo

tempo que possibilita o acesso ao aparato simbólico, impede sua apreensão "total".

Benveniste (1954/1991, p. 17) fala de um trinômio composto por língua, cultura e personalidade. No meu ponto de vista, temos aqui uma forma de rechaçar as críticas que acusam Benveniste de propor uma teoria em que o locutor, de forma consciente e dirigida, seria senhor do seu dizer. Não é isso que vemos no texto *Tendências recentes em lingüística geral*, trabalho anterior aos criticados textos¹ de 1956 e 1958. Benveniste, preocupado em construir uma reflexão sobre a língua que abarque o problema da significação, propõe pensar não apenas na estrutura daquilo que é dito, mas também na peculiaridade do fato de alguém ter enunciado determinada fala em um determinado momento. Daí a importante reflexão acerca dos pronomes pessoais e dos demais déicticos que acompanham o ato de enunciação. Esses dois artigos lidos isolada e tendenciosamente, podem ter dado margem a críticas superficiais. A questão é que Benveniste parte do princípio da existência de um terceiro elemento, ora representado pela terceira pessoa, ora representado pela referência que faz à cultura. Então, para uma leitura comprometida com os fundamentos propostos pelo autor, é necessário resgatar esse trinômio² *língua, cultura e personalidade*³ na obra benvenistiana.

"É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem" (1958/1991, p. 285). Essa afirmação, retirada do polêmico texto acerca da subjetividade na linguagem (1958), marca um lugar ímpar para Benveniste nos estudos da linguagem. Um lingüista que, em sua reflexão, parte de uma abordagem da linguagem que considere aquele que fala, aquele com quem se fala e que essa possibilidade de dois ou mais se falarem ter relação com o fato de que os sujeitos assim se constituem na cultura é realmente louvável.

Então, falar implica em falar para ou com alguém. Por isso o destaque que faço para a relação eu-tu. Se a "instância de discurso" é o ato único pelo qual a língua é atualizada em palavra por um locutor, cada instância de discurso implica pelo menos em um

¹ Estou aqui referindo-me aos textos "A natureza dos pronomes", de 1956, e "Da subjetividade na linguagem", de 1958.

² A idéia do trinômio será aprofundada mais adiante, ao abordar a retomada benvenistiana realizada por Dufour.

³ Onde encontrarmos o termo *personalidade* na obra Benveniste devemos ter o cuidado de não tomá-lo com um sentido "subjetivista", psicológico. Talvez mais interessante seja pensar o termo *personalidade*, como marca de pessoa.

“outro” que compartilhe a mesma língua. Como diz Benveniste, “cada locutor não pode propor-se como sujeito sem implicar o outro, o parceiro que, dotado da mesma língua, tem em comum o mesmo repertório de formas, a mesma sintaxe de enunciação e igual maneira de organizar o conteúdo” (1963/1991, p. 27).

Enunciar um “eu” não acena simplesmente a possibilidade do sujeito se apropriar das formas virtuais que estão na língua. De acordo com Benveniste, “eu designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”; dizendo eu, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por eu e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, eu enuncia algo como um predicado de “tu” (1946/1991, p. 250). Portanto, dizer “eu” anuncia além de uma possibilidade de enunciação, a demarcação de um lugar para o falante que o situa no complexo funcionamento das redes da linguagem. O falante passa a navegar nas tramas da sintaxe e da significação desde essa possibilidade que funda um lugar enunciativo. E isso parte da possibilidade de enunciação de “eu”.

Diferentemente das demais classes de palavras da língua, que proporcionam instâncias de emprego constantes e relativamente objetivas, as instâncias de emprego de “eu” não constituem uma classe de referência, já que não há objeto definível como “eu” ao qual se possam remeter identicamente essas instâncias. Cada vez que “eu” for enunciado, haverá uma referência própria e correspondente a um ser único que se propõe como tal. Portanto, a realidade à qual se refere “eu” ou “tu” é a realidade de discurso. “Eu” significa “a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém eu” (1956/1991, p. 278). Por isso dizemos que os dêiticos têm particularidades na língua. São signos que só adquirem sua significação (seu valor) na instância de enunciação. A língua por si não dá conta deles, já que eles a princípio são signos “vazios”.

No texto “A Natureza dos Pronomes” (1956), marco importante no estudo da dêixis, Benveniste vai apresentar o que ele chama de indicador de subjetividade. Para o autor, diferentemente do que para os lógicos, a dêixis não aponta para o mundo. Ela “aponta” para o sujeito, ou seja, sua “referência” é o sujeito. É preciso ressaltar que a dêixis, para Benveniste, é contemporânea à instância de discurso que contém este indicador de pessoa (eu/tu). Conforme já destacamos, cada vez que um “eu” é enunciado, ele tem sua referência própria e corresponde cada vez a um único ser. Parece-me importante pensar este articulador teórico – a dêixis –

como fundamental para contextualizar o lugar do sujeito na linguagem. Os dêiticos são por ele tomados como signos vazios que se tornam plenos quando o locutor os assume na instância do discurso. No entanto, é necessário tomar cuidado para que não se realize uma leitura apressada deste articulador teórico, pois se corre o risco de, na clínica de linguagem, fazer da instanciação do pronome uma leitura superficial e/ou taxativa do “lugar” que o sujeito ocupa na linguagem. Não se trata de atribuir um lugar a partir daquilo que o sujeito enuncia. Ao contrário, trata-se de escutar o efeito de linguagem produzido pelo fato do sujeito poder enunciar desde determinado lugar. Dizemos, então, que Benveniste é um dos primeiros lingüistas que destaca o uso da língua pelo sujeito. Em sua concepção, enunciação⁴ é “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (1970/1989, p. 82).

Quanto à questão do terceiro elemento, Benveniste alerta: “estamos aqui no centro do problema. A forma dita de terceira pessoa comporta realmente uma indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa, mas não referida a uma “pessoa” específica” (1946/1991, p. 250). A “terceira pessoa”, portanto, não é uma “pessoa”, ela é inclusive a forma verbal que tem por função exprimir a “não-pessoa” (op.cit.). Um elemento que seja pensado como algo que pela sua trivial presença marque uma ausência radical não é de pouca importância. Como diz Benveniste, “[...] a não-pessoa, possui como marca a ausência do que qualifica especificamente o ‘eu’ e o ‘tu’.” Aqui retomo a questão do trinômio, fazendo referência à obra de Dufour (2000, p. 109), que relê a idéia benvenistiana da terceira pessoa: por um lado “ele” marca uma ausência positivamente representada no campo da presença e, por outro, uma outra forma de ausência, irrepresentável no campo da presença. Dufour aponta que nas relações entre as díades propostas por Benveniste (“eu-tu” e “(eu-tu)/ele”) há uma pressuposição trinitária. Ou seja, há uma previsão para um lugar de não-preenchimento, a demarcação de uma ausência. Temos aqui uma reviravolta na interpretação do trabalho de Benveniste: o que antes servia como eixo (para a crítica trivial) – o “eu” enunciativo onipotente –, transforma-se agora em efeito. Ou seja, o “eu”, e conseqüentemente o “tu”, passam a ser efeito da condição de existência do “ele”. Ou ainda, seguindo a lógica trinitária proposta por Dufour para inter-

⁴ É importante lembrarmos o texto de Normand (1996) que nos revela o fato de Benveniste nunca ter utilizado o termo “sujeito da enunciação”, apesar da expressão lhe ser largamente atribuída.

pretação do trabalho benvenisteano, “para ser um (sujeito), é preciso ser dois, mas quando se é dois, já se é três” (2000, p. 92).

Até aqui privilegiei uma reflexão acerca da condição do homem como sujeito falante na obra de Benveniste. Prossigo agora destacando a questão da significação no âmbito da enunciação. Benveniste (1966/1989, p. 222) bem nos adverte que o problema da significação é um destes complexos intrigantes que concernem a muitas ciências e, por isso, não são tomados em si por nenhuma delas. Essa afirmação, no entanto, não exime de sentirmo-nos implicados na reflexão sobre essa temática. Sabemos que a língua comporta simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação. Ao retomar o texto *A forma e o sentido na linguagem* (1966/1989, p. 220) trazemos inevitavelmente à tona a questão da significação no campo da lingüística. Neste trabalho, Benveniste expõe dois modos distintos de leitura da significância na língua (1969/1989, p. 64). O primeiro é o semiótico, que designa o modo de significação próprio do signo lingüístico e o constitui como unidade. No nível semiótico, “cada signo será chamado a afirmar sempre e com a maior clareza sua própria significância no seio de uma constelação ou em meio a um conjunto de signos. Tomado nele mesmo, o signo é puramente idêntico a si mesmo, pura alteridade em relação a qualquer outro, base significante da língua, material necessário da enunciação. Existe quando é reconhecido como significante pelo conjunto dos membros da comunidade lingüística, e evoca para cada um, grosso modo, as mesmas associações e as mesmas oposições” (1969/1989, p. 65). O segundo nível é o semântico, que se identifica ao mundo da enunciação e ao universo do discurso. No nível semântico, o “dado” lingüístico não é um dado primeiro do qual bastaria dissociar as partes constitutivas. É, antes, um complexo cujos valores resultam das propriedades particulares de cada elemento, das condições de sua organização e ainda de sua objetividade. No componente semântico é justamente a composição que permite seu estudo. A decomposição tornaria inviável sua análise, na perspectiva benvenisteana.

A noção de referência da frase é, então, profundamente abalada, já que Benveniste vai trabalhar com o sentido instanciado. Em sua perspectiva, a referência da frase é a idéia, o significado, e não o mundo.⁵ Neste sentido destacamos a direção que nos aponta o autor: “Se o “sentido” da frase é a idéia que ela exprime, “referência” da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de

discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar. Na maior parte dos casos, a situação é condição única, cujo conhecimento nada pode suprir. A frase é então cada vez um acontecimento diferente; ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece” (1966/1989, p. 231).

Percebe-se nessa passagem o caráter incisivo com que Benveniste institui a força do “aqui e agora” – instância de enunciação – como condição de análise da fala dos sujeitos.

Neste trabalho, apresentado originalmente em um congresso de filosofia em 1966, pode-se observar que Benveniste atribui a referência ao âmbito do semântico. No entanto, em um de seus últimos textos (produzido em 1970), a referência não aparecerá somente relacionada à idéia, mas também à língua e à enunciação. Pode-se dizer que a partir desse momento teórico, Benveniste considera que a referência pertence tanto à língua quanto à fala (ela está presente nas duas instâncias). Já não se justifica mais manter uma separação entre o âmbito do semiótico e do semântico, assim como a dicotomia língua/fala. Se há referência, e Benveniste diz que há, ela deve ser atribuída ao sujeito que fala, à instância da enunciação. A referência para Benveniste é, portanto, o próprio uso. Quando o sujeito fala, a língua retorna sobre si mesma. Portanto, diz-se que a língua é auto-referencial (ou *sui-referencial*). Isto porque a língua comporta aquilo que Benveniste vem a chamar de aparelho formal da enunciação, que nada mais é do que essa possibilidade da língua se auto-referenciar.

É por isso então que encontraremos em *O aparelho formal da enunciação* (1970/1989, p. 81) a descrição desta formalização que toda língua tem. Neste texto, ele destaca que o processo da enunciação é composto por:

- o próprio ato
- as situações em que ele se realiza
- os instrumentos de sua realização

O ato individual introduz o locutor como condição necessária da enunciação. Segundo Benveniste (op. cit., p. 83), antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua.⁶ A situação em que a enunciação se realiza – o aqui e o agora – é um processo que o locutor faz de apropriação do aparelho formal da língua

⁵ Sabemos que alguns teóricos do campo da semântica buscarão as condições de veracidade dos enunciados na referência à realidade concreta.

⁶ Em outro importante texto (“A forma e o sentido na linguagem”) Benveniste será ainda mais incisivo: “É no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe” (1966/1989: 227).

marcado por índices específicos (os dêiticos). Finalmente, os instrumentos de sua realização são as estruturas da língua. É importante lembrar que toda enunciação postula um alocutário (tu).⁷

Na verdade, já no texto de 1969 (*Semiologia da língua*) Benveniste diz que “o privilégio da língua é de comportar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação. Daí provém seu poder maior, o de criar um segundo nível de enunciação, em que se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância” (1969/1989, p. 66).

Destaquei que em *O aparelho formal da enunciação* Benveniste define enunciação como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (1970/1989, p. 82). Ao refletir sobre os efeitos dessa particularidade sobre a clínica de linguagem, deparo-me com uma afirmação ainda mais precisa: “...para o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente, e que a noção de identidade não é senão aproximativa mesmo quando a experiência é repetida em detalhe. Estas diferenças dizem respeito à diversidade das situações nas quais a enunciação é produzida” (1970/1989: 82-3). Se nem sobre os mesmos sons temos garantias de uma reprodução exata, tanto mais distante disso ficamos se pensarmos na forma com que cada sujeito apropria-se de forma ímpar da língua. As conseqüências dessa perspectiva da linguagem na clínica implicam necessariamente descartarmos uma pré-concepção da forma com que cada sujeito toma lugar na rede enunciativa.

A enunciação supõe a conversão individual de língua em discurso. Isso nos remete a pensar junto com Benveniste em como o sentido se forma em palavras e, particularmente na clínica de linguagem, o que ocorre quando o sentido não encontra palavras, ou quando as encontra de forma “desarrumada”. Talvez tenhamos, então, a constatação daquilo que *falha* e torna-se evidente na linguagem do sujeito que procura tratamento, pois é aí que surgem os neologismos, as alterações fonemáticas, as parafasias, as disfluências, ou outro sintoma qualquer. Estes serão nossos interrogantes, pois a explicação para esses fenômenos, na minha opinião, não é dada pela organicidade. A linguagem não provém do mundo físico. Como diz Benveniste, ela não é nem do contínuo, nem do idêntico, mas ao contrário, do descontínuo e do dessemelhante (1966/1989, p. 225).

⁷ Cabe relembra que até mesmo o monólogo pressupõe um tu. Neste caso, o locutor e o ouvinte coexistem na mesma pessoa.

Benveniste permite-se tocar à frente a tarefa inacabada de Saussure, anunciada por Bally⁸ na introdução do *Curso de Linguística Geral*, de abordar a instância do sujeito na linguagem. Como não poderia ser diferente ao tratar este assunto, Benveniste realmente “toca à frente” um projeto maior e impossível de se finalizar que é a abordagem da incompletude do sujeito e da linguagem.

Finalizo com as belas palavras de Benveniste (1966/1989, p. 222): “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver. Se nós colocamos que à falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar”. E, se em determinado momento da vida, a forma que um sujeito tem de significar seja demasiado descontínua, não-idêntica e dessemelhante, isso talvez fale de um lugar de enunciação que também deve ser levado em consideração ao analisarmos a sua possibilidade de enunciação. A questão é saber se a clínica de linguagem está disposta a realizar a escuta desta forma particular de enunciação.

Referências

- BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 1991.
- . *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- DUFOUR, D.-R. *Os mistérios da trindade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.
- FLORES, V. do N. *Linguística e psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação*.
- . Princípios para a definição do objeto da linguística da enunciação: uma introdução (primeira parte). *Letras de Hoje*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001.
- NORMAND, C. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S. L.; PARLATO, E. M.; RABELLO, S. (orgs.). *O falar da linguagem*. São Paulo: Lovise, 1996. (Série Linguagem)
- SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1997.

⁸ Segundo Bally, “Prometida aos ouvintes do terceiro curso, esse estudo [da linguística da fala] teria tido, sem dúvida, lugar de honra nos seguintes” (1977, p. 4).